



UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC
FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS DE BARBACENA –
FACEC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JANAÍNA PISSOLATI
MARCO AURÉLIO MARTINS

INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A SUBJETIVIDADE:
A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO ENFOQUE DEMOCRÁTICO E
BUROCRÁTICO.

BARBACENA
2013

**JANAÍNA PISSOLATI
MARCO AURÉLIO MARTINS**

**INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A SUBJETIVIDADE:
A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO ENFOQUE DEMOCRÁTICO E
BUROCRÁTICO.**

Monografia apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Maria Margarete Pinto Chaves.

**BARBACENA
2013**

Janaína Pissolati
Marco Aurélio Martins

INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A SUBJETIVIDADE.
A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO ENFOQUE DEMOCRÁTICO E
BUROCRÁTICO.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Dr. Helder Pereira Rodrigues
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Me. Maria Margarete Pinto Chaves
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Me. Vilmara Lucia Rodrigues Teixeira
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Agradecimento

Agradecemos a Prof^a Orientadora Maria Margarete Pinto Chaves pela paciente e dedicada orientação, pela competência e amizade.

Agradecemos ao professor Helder Pereira Rodrigues pela ajuda e apoio nas pesquisas realizadas.

Aos professores Helder Rodrigues, Maria Margarete Pinto Chaves e Vilmara Lucia Rodrigues Teixeira, componentes da banca examinadora, pelas importantes observações apresentadas.

Para que o mal triunfe, basta que os bons não façam nada.

Edmund Burke

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar que tipos de subjetividades são construídas pela escola que se propõe democrática, mas se constitui de forma burocrática. A sociedade atual precisa assegurar o funcionamento de instituições que conscientizem os cidadãos dos benefícios e dos riscos do sistema político e societário que estão vivendo ou pretendem viver. Assim se dá a importância estratégica da escola, que tem como função primordial formar os futuros cidadãos de uma nação. Desta forma, defende-se a escola pública de qualidade, e que tenha em seu caráter institucional a horizontalidade do ensino-aprendizagem e de diretrizes voltadas para promover a cidadania. É preciso que cada criança não somente “aprenda” e agregue valores democráticos; é preciso que ela construa, durante o período de socialização escolar, a consciência de si e dos outros atores, que internalize procedimentos e interações baseados nos princípios da igualdade, do respeito mútuo, da liberdade e da solidariedade e outros valores que garantam o convívio pacífico entre os cidadãos. Ao esclarecer que tipo de subjetividade a instituição escolar pública atual está ajudando a formar, obtivemos dados para verificar como se estabelecem as relações entre os atores implicados e o social, os possíveis sofrimentos que poderão advir ocasionando algum tipo de comprometimento psíquico em decorrência dessas relações. Assim, a partir de uma literatura pertinente ao assunto, iremos compreender e identificar, a partir dos autores pesquisados, quais seriam os dispositivos ideológicos e coletivos e de que forma incidem na construção subjetiva na escola.

Palavras - chave: Subjetividade. Democracia. Burocracia. Instituição escola.

Abstract

The present work has the objective of analyse what kinds of subjectivities are constructed by the school that proposes itself as democratic, but is constituted in a bureaucratic way. Today's society needs to ensure the functioning of institutions that construct and aware citizens about the benefits and risks of the politic and societarian systems they are living or intend to live. This way you have the strategic importance of the school, whose primordial function is to construct the future citizens of a nation. This way, a quality public school is defended, and is wished to have in its institutional character the horizontality of the teaching-learning and the guidelines aimed to promote citizenship. It is necessary that each child not only "learn" and aggregate democratic values; it is necessary that they construct, during the period of the school socialization, the awareness of oneself and other actors, that internalize procedures and interactions based on the principles of equality, of the mutual respect, of freedom and solidarity and other values that ensure the peaceful coexist between future citizens. By clarifying what kind of subjectivity the current public educational institution is helping to form, we will obtain data to verify how the relations between the implicated actors and the social are established, the possible sufferings that may arise, causing some sort of psychic commitment as a result of these relationships. Thus, from a literature relevant to the subject, we will understand and identify, from the researched authors, what would be the ideological and collective devices and how they focus on the subjective construction at school.

Keywords: Subjectivity. Democracy. Bureaucracy. School institution.

Sumário

1	Introdução	15
2	A Instituição Escolar e o Sujeito Social	17
3	A escola na produção de subjetividades democráticas	23
4	A escola na produção de subjetividades burocráticas	29
5	Considerações finais	33
	Referências	35

1 Introdução

Este trabalho tem como pressuposto que as instituições escolares como garantias da democracia possa, como regime político e como sistema social, garantir liberdade, igualdade e autonomia com responsabilidade aos cidadãos. A sociedade atual precisa assegurar o funcionamento de instituições que conscientizem os cidadãos dos benefícios e dos riscos do sistema político e societário que estão vivendo ou pretendem viver. Daí a importância estratégica da escola, que tem como função primordial conscientizar os futuros cidadãos de uma nação, preparando-os para o exercício da cidadania em sua plenitude.

Desta forma, defende-se a escola pública de qualidade, e que tenha em seu caráter institucional a horizontalidade do ensino-aprendizagem e de diretrizes voltadas para promover a cidadania. A escola, enquanto instituição de educação, não pode estar a serviço de nenhuma classe, religião ou partido político específico. É preciso que cada criança não somente “aprenda” e agregue valores democráticos; é preciso que ela construa, durante o período de socialização escolar, a consciência de si e dos outros atores, que internalize procedimentos e interações baseados nos princípios da igualdade, do respeito mútuo, da liberdade e da solidariedade e outros valores que garantam o convívio pacífico entre os futuros cidadãos e que, com isso, possa estabelecer uma modalidade relacional autenticamente democrática.

Diante disso, este trabalho tem como pergunta: A escola que se propõe democrática, favorece a construção de que tipo de subjetividades? Ao se elucidar que tipo de subjetividade a instituição escolar pública atual está ajudando a formar, obteremos subsídios para verificar como se estabelecem as relações entre os atores implicados e o social, os possíveis sofrimentos que poderão advir ocasionando algum tipo de comprometimento psíquico em decorrência dessas relações.

O trabalho, então, tem como proposta, a partir de uma literatura pertinente ao assunto, compreender se a instituição escola pública é formadora de sujeitos democráticos ou burocráticos. A construção da discussão será feita a partir de revisões bibliográficas que explanem sobre a instituição escolar, conceituem a subjetividade, descrevam a democracia e burocracia enquanto mediadora de relações. O objetivo desta discussão é identificar quais seriam os dispositivos ideológicos e coletivos apontados pelos autores pesquisados e de que forma eles incidem na construção subjetiva.

2 A Instituição Escolar e o Sujeito Social

A instituição escolar, por se constituir como um forte dispositivo de subjetivação e por se localizar em uma posição estratégica no contexto social, é de suma importância para que a sociedade contemporânea assegure seu funcionamento, a fim de que possa garantir a formação de sujeitos norteados por princípios de liberdade, solidariedade e igualdade (de participação e de direitos), fundamentos básicos da democracia. Nessa perspectiva, a instituição escolar tem grande relevância, pois sua função primordial é desenvolver o processo de formação de cidadãos, conscientes das vantagens e riscos do sistema político e societário que estão vivendo ou pretendem viver. Assim sendo, para que o sujeito possa ser instituinte da democracia, ele tem de ser instituído por diretrizes democráticas.

Conforme Rey (2003), o sujeito arrasta consigo elementos experienciados no campo social ao longo de sua vida, e que são plurideterminados por atravessamentos institucionais como: a família, a escola, a religião etc. Dentro deste contexto sócio- histórico o sujeito vai sendo forjado dialeticamente em um processo complexo.

Também podem aparecer no sentido subjetivo da atividade escolar, diferentes elementos que têm a ver com a condição social e de vida do aluno fora da sala de aula, como a sua condição social, sua raça, sua situação familiar, etc., os quais podem ter uma importante presença emocional na condição do aluno em sala e, portanto, uma forte repercussão no sentido das atividades que estão presentes na escola. Na condição subjetiva da pessoa circulam dentro de um mesmo “espaço” de sentido elementos provenientes das mais diversas zonas da vida social das pessoas. Portanto, na qualidade do subjetivo aparecem dentro de uma mesma configuração elementos gerados em tempos e espaços diferentes da vida social do sujeito. (REY; 2003, p.260).

A subjetividade é um fenômeno socialmente construído, logo, não poderá ser identificada como fato dado, natural e imutável. Por esse viés, ao se pensar a relação estabelecida pela escola e o sujeito, num contexto de Estado Democrático, acreditamos que os sujeitos resultantes desse processo relacional deveriam ser capazes de se autoanalisarem e se autogerirem em quaisquer circunstâncias: que se tornassem críticos, questionadores e responsáveis, dotados de plena consciência de si e dos outros, livres de preconceitos (etnia, religião, sexualidade, condição social etc.), com uma formação ético-política que os capacitem para julgar e autojulgar mediante o caos (genocídio, totalitarismo, corrupção, marketing etc.), ou seja, que tenham autonomia suficiente para refletir/pensar e promover o bem, a fraternidade, o amor; que sejam humanos.

Conforme Brandão (1989), que refaz em sua obra, todo um percurso histórico sobre a instituição escolar e a educação desde as aldeias primitivas, passando pela educação na Grécia e Roma antiga, há duas formas de educação: uma, que se constitui de forma horizontal, sem influência de ideologias escravagistas e outra, que irá originar e sustentar a nossa forma atual, em que o processo se dá verticalmente e idealizado.

A educação por toda a parte onde ela deixa de ser totalmente livre e comunitária (não escrita) e é presa na escola, entre as mãos de educadores a serviço de senhores, ela tende a inverter a utilização de seus frutos: o saber e a repartição do saber. A educação da comunidade de iguais que reproduzia em um momento anterior a igualdade ou a complementariedade social, por sobre diferenças naturais, começa desde quando aos poucos usa a escola, os sistemas pedagógicos e as “leis do ensino” para servir ao poder de uns poucos sobre o trabalho e a vida de muitos, onde um tipo de educação pode tornar homens e mulheres, crianças e velhos, para torná-los todos sujeitos livres que por igual repartem uma mesma vida comunitária, um outro tipo de educação pode tornar os mesmos homens, das mesmas idades, para ensinar uns a serem senhores e outros, escravos, ensinando-os a pensarem dentro das mesmas idéias e com as mesmas palavras, uns como senhores e outros como escravos. (BRANDÃO, 1989, p. 34).

Pelas discussões que Brandão faz nessa obra citada acima, os anseios daqueles que depositam na instituição escolar expectativas em relação à acessibilidade e ascensão social, tornam-se ocultos e inatingíveis. O discurso que idealiza a educação, camufla e distorce, na prática, as garantias dos direitos constitucionais e as teorias de democracias em prol de interesses econômicos e políticos.

Não é raro que aqui, como em toda parte, a fala que idealiza a educação esconda, no silêncio do que não diz, os interesses que pessoas e grupos têm para os seus usos. Pois, do ponto de vista de quem a controla, muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a parcialidade destes interesses, ou seja, a realidade de quem eles servem a grupos, a classes sociais determinadas, e não tanto “a todos” a “Nação”, “aos brasileiros”. Do ponto de vista de quem responde por fazer a educação funcionar, parte do trabalho de pensá-la implica justamente em desvendar o que faz com que a educação, na realidade, negue e renegue o que oficialmente se afirma dela na lei e na teoria. Mas a razão de desavenças é anterior e, mesmo entre educadores, ela tem alguns fundamentos na diferença entre modos de compreender o que o ato de ensinar afinal é, o que o determina e, finalmente, a que e a quem ele serve. (BRANDÃO, 1989, p. 60.)

A instituição escolar, ocultamente sustentada por ideologias dominantes, acaba por suprimir o que há de mais peculiar no homem: o ato de pensar, a reflexão que é a garantia de sua autonomia. Hannah Arendt busca relacionar a reflexão ao agir humano, o que pode ser constatado pela sua citação abaixo:

Será que a natureza da atividade do pensar, o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja, o mal banal como fruto do não exercício do pensar? (ARENDDT, *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 393.)

Conforme Siqueira (2011), a reflexão de Arendt, no caso Eichmann ¹em Jerusalém, tem como pano de fundo, para o exame da questão, o processo de naturalização da sociedade e de artificialização da natureza ocorridos com a massificação, a industrialização e a tecnificação das decisões e das organizações humanas na contemporaneidade. O tema do mal não tem como pano de fundo a malignidade, a perversão ou o pecado humano e sim a capacidade de realizar ações inimagináveis, do ponto de vista da destruição e da morte, sem qualquer motivação maligna. O mal é abordado, deste modo, na perspectiva ético-política e não na visão moral ou religiosa.

Os questionamentos de Arendt propõem que repensemos os sujeitos massificados e suas lutas diárias. Os sujeitos, uma vez expostos a ideologias, fomentadas pela ânsia de poder e pela economia vigente, são subtraídos em seu cerne, são mortificados, é retirado o seu papel de atores sociais, seus direitos, sua participação, sua voz, restando então, um corpo doutrinado, condicionado à reprodução de interesses elitizados, “dentro das mesmas idéias e palavras” (BRANDÃO, 1989, p. 34), forjados para o trabalho escravo, conduzidos a campos de lutas sem armamentos; enfim seres docilizados para executar tarefas rotineiras de produção e aptos para a procriação da espécie. Neste ponto, a instituição escolar seria provedora de seres irreflexivos.

Conforme Brandão (1989), a finalidade da escola é educar/adestrar os homens de acordo com ideologias vigentes e de interesse da elite dominante. Nesta configuração, a instituição escolar é instrumento de inculcamento de ideias e ganha forma como o lugar de reprodução de sujeitos autômatos, retirando destes toda autonomia e liberdade. Assim, a escola torna-se ferramenta de dominação e de sacramentação do mal banal.

Sob a luz da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, mais especificamente no artigo 205, há que se reivindicar democraticamente, na íntegra, sua aplicabilidade da educação a favor do sujeito.

¹ Em 1961, Hannah Arendt foi fazer cobertura, pela revista *The New Yorker*, do julgamento de Adolf Eichmann, integrante do governo nazista – responsável pela identificação e transporte dos judeus para os campos de concentração de extermínio. Arendt ficou surpresa ao conhecer Eichmann, sua mediocridade, de sua incapacidade de discernir seus atos em bons ou ruins (FERNANDES, Ana Rita Vidica, SATLER, Lara Lima e DIAS, Luciene de Oliveira (Orgs.). **Ressignificar as fronteiras da informação e comunicação**. Goiânia: Contato Comunicação, 2013)

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

O artigo citado acima, em específico, atribui ao Estado deveres com a formação de seus cidadãos e a preparação desses como sujeitos sociais para toda uma vida, preferencialmente, liberta de ideologias escravagistas e opressoras que, por meio da educação estabeleça o processo de formação e o garanta, em forma de lei, como direito de todos e não de poucos. É dever da família com a colaboração da sociedade e da instituição escolar, juntamente com os atores sociais implicados (pais, mestres e comunidade), verificar que tipo de relações estão sendo estabelecidas e que tipo de subjetividades estão sendo construídas. O exercício da cidadania, com direitos iguais de participação, de ação, de voz de atores sociais que constroem sua história e a da humanidade é uma das exigências das diretrizes democráticas indispensáveis para o pleno desenvolvimento da pessoa.

A constituição supracitada, no entanto, não consegue se validar e se efetivar, pois sua eficácia, seu efetivo exercício são barrados pela burocracia. A burocracia enquanto dominação, ou seja, relação de dominante/dominado, utiliza-se da escola como instrumento de legalidades colaborando com a banalização do mal. Conforme Weber (apud Quintaneiro, 2002), a racionalização e o capitalismo (enquanto modelo econômico) favorecem a dominação e, conseqüentemente, a banalização do mal (ato de não pensar/irreflexão). A burocracia, ou dominação legítima, pode justificar-se por três motivos de submissão: racionais; tradicionais e afetivos.

Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de mero costume do hábito cego de um comportamento inveterado, ou pode fundar-se, finalmente no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito. Não obstante, a dominação que repousasse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável. Nas relações entre dominantes e dominados, por outro lado, a dominação costuma apoiar-se internamente em bases jurídicas, nas quais se funda a sua legitimidade, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar conseqüências de grande alcance. Em forma totalmente pura, as bases de legitimidade da dominação são somente três, cada uma das quais se acha entrelaçada no tipo puro- com uma estrutura sociológica fundamentalmente diversa do quadro e dos meios administrativos. (WEBER *apud* QUINTANEIRO, 2002, p. 129)

A escola, nesse sentido, torna-se o aparelho ideológico por excelência da sociedade contemporânea, cimentando as relações entre dominantes e dominados, construindo as subjetividades de acordo com os ideais dominantes. A burocracia enquanto aparato

engendrado para manejar de forma legal as práxis institucionais e transformá-las em lugares de segregação e proliferação das desigualdades, utiliza-se da instituição escolar como pano de fundo para naturalizar este processo ideológico, perpetuando a divisão entre ricos e pobres.

Conforme Bordieu (1975), a prática educacional impõe aos estudantes normas, valores e saberes que prometem inclusão, mas paradoxalmente, acabam por excluí-los em função de uma inadequação a este modelo. Os sujeitos arrebanhados por essas instituições, em sua maioria, provenientes das periferias desafortunadas e mais desprovidas do ponto de vista cultural, são submetidos à hierarquia das estruturas do ensino, estabelecendo uma estreita relação com a hierarquia social.

A prática educacional impõe aos estudantes sistemas de pensamento diferenciais, predisposições de ação, segundo certo código de normas e valores, que os caracterizam como pertencentes a determinado grupo ou classe. Mesmo quando a escola é a mesma para dominantes e dominados, ela impõe a cooptação de membros isolados de outras classes através da ideologia. Mas ela também reproduz a divisão da sociedade em classes na medida em que, via de regra, a oportunidade de prosseguir não é igual para todos, que o capital cultural inicial também não é o mesmo, e que os cursos menos nobres, as especializações técnicas, acabam por arrebanhar boa parte dos menos favorecidos. Convém lembrar que a escola aparentemente unificada de hoje é uma inovação de um sistema mais antigo, e que ainda prevalece em muitas áreas, que separava a escola dos ricos da escola dos pobres. (BOURDIEU; PASSERON, 1975)

A instituição escolar precisa ser favorável ao sujeito social, pois ela o alcança em sua formação básica, e é justamente essa base que irá sustentá-lo enquanto cidadão de uma sociedade, trazendo um contraponto à dominação e à banalização do mal e conseqüentemente o processo de massificação.

Dessa forma, baseando-se no artigo 205 da constituição de 1988, que convoca a família e a sociedade juntamente com o Estado e os responsabiliza pela formação dos cidadãos, futuros atores sociais, e baseando-se na concepção de subjetividade social de Rey (2003), que a entende como um fenômeno constituído em um processo sócio-histórico, é imprescindível que a prática da instituição escolar, seja democratizada, para que possa instituir sujeitos democráticos.

3 A escola na produção de subjetividades democráticas

A subjetividade conforme Rey (2003), é um processo socialmente construído, que abre uma zona de sentidos na construção dos pensamentos dentro de um cenário sócio-histórico em que o sujeito atua. Em consonância com o conceito de democracia no que se refere aos princípios constituintes desta e, admitindo como forma de relações humanas, baseados na igualdade, a solidariedade, a liberdade, a voz e norteados pela autonomia (ato de pensar/reflexão), acredita-se que os sujeitos atuantes, em um contexto social, plenos desses princípios democráticos, seriam capazes de provocar, promover, contribuir para mudanças no processo sócio-histórico, no sentido de um social que promova o sujeito, a igualdade, a inclusão e a cidadania. Para Rey (2003), a subjetividade, os processos subjetivos são temas importantes no contexto sócio-histórico atual. O autor afirma:

É difícil negar o tema da subjetividade em um momento histórico em que um maior conhecimento da natureza e do mundo evidencia, de forma cada vez mais clara nos diferentes campos da atividade humana (saúde, economia, educação, política), o enorme poder dos processos subjetivos. Em um mundo no qual o rumor ou uma especulação subjetiva causa impacto demolidor em uma economia que, em sua versão globalizada, é cada vez mais sensível a movimentos subjetivos, é difícil ignorar este momento dos processos humanos. Se a modernidade foi mais sensível ao controle e à objetividade, já que a própria vida moderna desenvolveu a possibilidade desse sentido subjetivo, no que teve de ilusão e distorção na apreciação humana do mundo, o advento pós-moderno (termo ainda em discussão) acrescentou com força o protagonismo subjetivo e desvaneceu toda ilusão de objetividade universal (REY, 2003).

Mediante essa versão globalizada das atividades humanas que requer uma adequação quase que paralela da subjetividade, dentro de um contexto massificado, pode haver vários tipos de sofrimentos psíquicos ao cidadão e malefícios para a sociedade. Em vista desse contexto atual, acreditamos que o ato de pensar (autonomia), possa minimizar os possíveis sofrimentos e possibilitar o ajuste dos sujeitos globalizados. Para a psicanalista Rolnik (1999), na contemporaneidade, a experiência de desestabilização do sujeito tende a ser vivida como fragilidade, proveniente do medo de não conseguir acompanhar as rápidas mudanças, de não conseguir se configurar subjetivamente de forma eficaz, segundo um certo mapa na multiplicidade de mapas possíveis.

E de acordo com Brandão (1989), esses sujeitos atores, constituídos por esta subjetividade democrática, possivelmente, estarão aptos a serem provedores de uma sociedade comum, beneficiando o que é peculiar ao homem (a reflexão), em contraposição às ideologias

massificadoras e à banalização do mal, que subtraem da humanidade o que a sustenta. Nas palavras de Brandão, podemos identificar:

A educação pode existir livre e, entre todos pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos.” (BRANDÃO, 1989, p. 11)

Assim, a educação passa a ter um significado mais específico, sendo que, na realidade deveria se ter como tomada de decisão a importância desse processo na vida de qualquer sujeito associada às diferentes experiências que o mesmo possa adquirir ao longo de sua trajetória. Avaliar e refletir sobre o processo educacional contextualizando o ser em seu potencial cultural e pessoal é hoje um dos temas mais questionados no processo ensino/aprendizagem. Isto porque muitas dificuldades encontradas pelos alunos em sala de aula estão quase sempre relacionadas a questões de ordem subjetivas, nas quais o atual contexto social com seus inúmeros atravessamentos, está cada vez mais interferindo

Para tanto, a educação não deveria ser imposta. Seria bom se todo o ser humano pudesse sentir desde pequeno que o aprender é muito mais importante do que sentar em uma cadeira de sala de aula. Mas, para que a escola se transforme nessa direção é preciso que se façam antes as perguntas: o que é educação na vida do sujeito? Quais são realmente sua função e objetivo? O que se deve aprender? Para que aprender? Pois, a Instituição Escolar não deveria estar a serviço de nenhuma classe, mas sim a serviço do indivíduo, deste modo fazendo apto a participar da vida social na medida e proporção dos seus valores congênicos.

De acordo com Teixeira (1997, p. 41/42.):

Educação é função natural pela qual a sociedade transmite a sua herança de costumes, hábitos, capacidades e aspirações aos que nela ingressam para a continuarem. A educação escolar é um dos modos por que se exerce tal função. Na escola ela se faz dirigida e intencional. Obedece a planos. Gradua-se. Distribui-se inteligentemente. Entregues a si mesmos, tornando-se todos capazes, aproximadamente, das mesmas coisas, e diminuindo, assim, a riqueza de recursos humanos de que precisa a sociedade para se manter e desenvolver adequadamente. A escola regula a distribuição social. Daí não ser a educação escolar mais do que um esforço para redistribuir os homens pelas diversas ocupações e meios de vida em que se repartem as atividades humanas. (TEIXEIRA, 1997, p. 41/42.)

Em seu livro *Educação?Educações: Aprender com o índio*, Brandão reflete sobre as diferentes condições de existência da educação, para ele “a educação pode existir onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência do saber de uma

geração a outra, onde ainda não foi criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado” (BRANDÃO, 1989, p. 12). Assim, o índio é capaz de passar todo o conhecimento de sua herança cultural de forma espontânea, sem sistematizar ou centralizar esse conhecimento para interesses apenas de um. Os interesses são de todos, da comunidade.

A educação formal, centralizada busca atender objetivos não só coletivos e sociais, mas de uma forma imposta, não levando em consideração, como já foi dito, a realidade do aluno, a sua proposta, conhecimento que o mesmo traz consigo, até mesmo os objetivos de uma nação. Assim, muitas vezes, o aluno não tem acesso ao verdadeiro saber, ao conhecimento útil para sua existência individual e social, pois na escola, se desconsidera as singularidades, as diversidades sociais, culturais, reproduzindo saberes e práticas padronizadas fomentadas por ideologias discriminatórias e dominantes. Cada ser tem sua singularidade, sua forma de ver o mundo e seu modo de aprender. Muitas vezes num processo educacional isto não é levado em consideração, padronizando e centralizando um sistema de ensino, buscando metas e propostas de ensino excludentes, esquecendo-se do mais importante, que é o próprio aluno, sua história de vida e formação subjetiva singular e, ao mesmo tempo, coletiva, originária de seu grupo social e cultural. Assim no fracasso escolar, buscam respostas na vida e estrutura familiar do aluno. O sujeito é capaz de aprender a partir do momento em que ele é livre para expor suas ideias, participar e viver as suas experiências.

Para uma educação que contribua para a formação de subjetividades democráticas, faz-se necessário um processo de reflexão sobre o que vem se propondo ao longo destes anos da contemporaneidade em relação aos novos métodos de ensino e capacitação profissional. Brandão (1989) cita algumas concepções de educação que buscam promover o sujeito enquanto pessoa e cidadão:

A Educação não é mais do que o desenvolvimento consciente e livre das faculdades inatas do homem.

A Educação é o processo externo de adaptação superior de ser humano, física e mentalmente desenvolvido, livre e consciente, a Deus, tal como se manifesta no meio intelectual, emocional e volitivo do homem. (Herman Horse).

O fim da Educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seja capaz. (Kante);

É toda a espécie de formação que surge da influência espiritual. (Krieck). (BRANDÃO, 1989, p. 63)

Essas palavras completam com certeza o que realmente podemos esperar do papel da Educação na vida de cada um. Em vez de disciplinas e conteúdos poucos significativos, a escola deveria possibilitar ao aluno um maior conhecimento de si mesmo, uma consciência de si e do seu processo de formação de sujeito social, para que ele possa conhecer a si mesmo,

para que ele possa se adaptar e escolher melhor o que realmente será de grande auxílio à sua vida e a todos que estão a sua volta. No momento em que o indivíduo já se identificou no meio em que está inserido e sabe as verdadeiras razões do conhecer, do aprender e do saber, assim, o indivíduo compreende que seu desenvolvimento e crescimento pessoal e social não estão, necessariamente, vinculados às ideias dominantes, mas, à sua própria vida, seu processo de ser, seu constante devir, desalienante ativo, criativo no processo constitutivo de si mesmo. E que como ser humano que é, é capaz de aprender observando e participando em diferentes grupos culturais e sociais, capaz de construir sua subjetividade individual e social, podendo estar presente e consciente do valor do saber. E para que isso possa se concretizar cabe também, aos educadores buscar valorizar o aluno, não apenas pela sua nota, sua inteligência ou comportamento, mas também pela sua subjetividade, dando-lhe condições para que ele possa também identificar os estados corporais e eventos internos como motivação, alegria, autoestima e outros elementos que o fazem se sentir completo no mundo que o cerca.

Deste modo, toda educação escolar acaba por se constituir como profissional e técnica, visando preparar o indivíduo para algumas grandes ocupações nas quais ele será redistribuído; e seus ensinamentos são técnicas que de um modo ou de outro ensinam processos racionais tão lógicos para se fazer coisas e se explicar fenômenos. Assim a educação sempre estará, de alguma forma, imbricada com interesses ocultos dominantes, buscando atender a objetivos sociais, políticos e capitalistas. Aspectos novos de uma civilização fundamentada tanto na ciência quanto na técnica, serão reproduzidos pela instituição escola.

Outro ponto importante na formação de subjetividade democrática, destacado por Brandão é a importância de se construir uma escola de gestão participativa, onde todos possam se posicionar, contribuir para a construção de propostas escolares, sejam pedagógicas ou da própria gestão. E assim, oferecer a todos os que compõem a clientela escolar, o exercício da participação democrática.

Desta forma, segundo Brandão (2007, pág. 102), “através das palavras de Paulo Freire, a única solução para uma Educação de verdade, seria a sua própria reinvenção ao longo de um mesmo processo de evolução e mudanças do próprio homem.”

Mas, ainda assim, a escola deverá buscar educar para a democracia, formando cidadãos que conheçam seus direitos. Sendo assim, a escola seria um instrumento de aperfeiçoamento da sociedade.

Para servir a essa nova situação social, desenvolve-se, pelo mundo, um intenso movimento de reajustamento educativo. A necessidade de uma nova escola se acentua: porque as transformações são tão aceleradas que as instituições mais naturais de educação- a família e a própria sociedade- não têm elementos para servir à situação nova, tornando-se preciso que a escola amplie as suas responsabilidades, assumindo funções para as quais bastavam, em outros tempos, a família e a sociedade mesmas; - porque o novo critério social de democracia exige que todos se habilitem não somente para os deveres de sua tarefa econômica, como para participar da vida coletiva, em todos os sentidos, devendo cada homem ter possibilidades para vir a ser um cidadão com plenos direitos na sociedade; - porque a ciência, invadindo o domínio da educação, criou a necessidade de reconstrução dos velhos processos de ensino e de ajustamento de novos materiais de instrução; - porque uma concepção nova esclareceu que educação não é simplesmente preparação para a vida, mas a própria vida em permanente desenvolvimento de sorte que a escola deve-se transformar em um lugar onde se vive e não apenas se prepara para viver. (TEIXEIRA, 1997, p. 89.)

Assim, dessa forma, a instituição escolar plena de diretrizes democrática, assim como os atores implicados poderiam potencializar o processo de ensino-aprendizagem transformando-o em um facilitador da democracia, pois os sujeitos atravessados por essa instituição gozariam das mesmas diretrizes fortalecendo-se para o exercício da cidadania, conscientes de seu papel na sociedade, reflexivos, livres e autônomos.

A escola como um lugar em que se vive, em que se constroem vínculos, onde se desenvolve cidadania para todos e relacionamentos de toda ordem, explicita sua relevância no contexto social e para a produção de subjetividades. Nessa perspectiva essa instituição é fundamental na construção de uma sociedade autenticamente democrática.

De acordo com Siqueira (2001), a completa condenação de todas as formas de violência esta condicionada à humanização do mundo. Esta condição dependeria de uma força capaz de colocar a prática política a serviço da humanização da sociedade.

Caso não obtivéssemos êxito em realizar uma nova ordem de relacionamento humano, por meio de um vínculo que promovesse cidadania para todos em uma sociedade autenticamente democrática, assistiríamos a implantação do terror e da destruição da sociedade humana. (JASPERS *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 396)

Em todas as formas de relacionamentos, a escola democrática, conforme todos os autores citados, é a que tende a aproximar do humano por se contextualizar próximo ao comum, de todos para todos sem exclusão e distinção, nesse sentido os sujeitos democráticos viabilizam a humanização do mundo.

4 A escola na produção de subjetividades burocráticas

A subjetividade é um processo construído no campo social onde, a todo tempo, é atravessada por dispositivos institucionais, em sua maioria a serviço de ideologias de cunho alienante e opressor, que impactam diretamente sobre todo o processo, influenciando na formação dos tipos desejáveis de atores sociais. Nesse ponto, é possível estabelecer uma aproximação do processo de formação de subjetividades com a burocracia (enquanto dominação), sustentada sempre por um modelo de economia e como provável resposta deste processo, tem-se a massificação, o automatismo e a impessoalidade. A burocracia é a existência institucional da razão instrumental a que se devem submeter os indivíduos (WEBER *apud* OLIVEIRA *et. al*, 2009).

O sujeito burocrático está submetido a vários instrumentos e dispositivos de dominação, dentro de um modelo econômico que o remete a ação automática sem o ato da reflexão, que de certa forma possibilita o caráter impessoal de suas ações, mas nas relações sociais a disciplina dos dominados deve-se à obediência habitual, por exemplo, por parte das massas, dos alunos, dos educadores e da família sem resistência nem crítica à dominação.

Um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do dominador ou dos dominadores influi sobre os atos de outros (do dominado ou dominados), de tal modo que, em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos e como máxima de sua ação o conteúdo do mandato (obediência). (WEBER *apud* QUINTANEIRO, 2002, p. 129).

Conforme Rey (2003), no capitalismo, a subjetividade é produzida em série e de forma impessoal, associada ao consumo em massa e pelos modelos que chegam pela mídia, pela família, e por todo aparato tecnológico. Na essência, é um sistema de conexão direta entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras e de controle social, e, de outro, as instâncias psíquicas, a forma de perceber o mundo.

No capitalismo, por sua tecnologia mais sofisticada e a abertura de mecanismos de competição e de consumo que implicam o sujeito de uma forma obsessiva e perversa, este se sente, no extremo de sua alienação, como um triunfador, que se volta cada vez mais competitivo, isolando-se de uma produção autêntica de afetos nas relações com os outros. Uma vez nesta posição, o sujeito passa a ser controlado pelos mecanismos impessoais de valorização social, que regem o imaginário social consumista, e começa a produzir suas ações dentro do estreito e asfixiante circuito “ganho-consumo”, pelo qual se exerce um controle social completo sobre ele. (REY; 2003, p. 114)

Neste sentido, a subjetividade capitalista se caracteriza pela supressão dos processos de singularização, colaborando com a potencialização da burocracia (ideologias), e conseqüentemente o processo de massificação, que de certa forma seria o objetivo final desse tipo de relação estabelecida entre dominantes e dominados.

No caso Eichmann em Jerusalém, Arendt concebe o totalitarismo para o estudo desse fenômeno, em que um oficial com plenos poderes de comando, simplesmente se eximia de suas responsabilidades com as atrocidades resultantes de suas ordens e as naturalizava como sendo uma questão cultural, pois ele se localizava em uma hierarquia instrumentalizada pela razão burocrática em que permanecia, de forma oculta e ao mesmo tempo potencializava, a banalização do mal e dizimava o principal fundamento humano que é o ato de pensar.

O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e separá-las. (ARENDR, *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 397)

Conforme Oliveira (2009), neste caso a burocracia mostra sua face extrema, apontando alguns traços comuns entre eles: a anulação do indivíduo; a obediência cega a regulamentos que fazem às vezes de lei; a construção de um mundo fantasmagórico, regido por forças ou ordens que emanam de 'ninguém', porque são tidas como oriundas da tradição, da história, da raça, do costume, do Estado.

O domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, pois aí não há ninguém a quem se possa questionar para que responda pelo que está sendo feito. É este estado de coisas, que torna impossíveis a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que está entre as mais potentes causas da rebelde inquietude espalhada pelo mundo de hoje, da sua natureza caótica, bem como da sua perigosa tendência para escapar ao controle e agir desesperadamente (ARENDR, *apud* OLIVEIRA. *et. al*, 2009)

A burocracia utiliza-se de várias instituições, inclusive da escolar, como instrumentos de legalização e perpetuação de suas práticas, transformando os dispositivos institucionais em regras, que por sua vez desautorizam a construção de um saber que poderia advir, encobrindo a subjetivação por meio da lógica racional burocratizada. O domínio estabelecido por este sistema relacional é o mais tirânico, pois não permite questionamentos e refutações por se encontrar em uma ordem que oprime e fragmenta a subjetividade e a expõe ao caos sem referências e resistências e com uma perigosa tendência para escapar ao controle e agir desesperadamente.

A ânsia do homem pelo poder, que seria impor sua própria vontade ao outro dentro de uma relação social, oferece subsídios para a manutenção e proliferação da burocracia que, de fato, materializa essa ânsia em poderes reais: poder econômico, poder cultural, poder social; enfim, o poder de dominar/explorar.

Os meios utilizados para alcançar o poder podem ser muito diversos, desde o emprego da simples violência até a propaganda e o sufrágio por procedimentos rudes ou delicados: dinheiro influencia social, poder da palavra, sugestão e engano grosseiro, tática mais ou menos hábil de obstrução dentro das assembléias parlamentares. (WEBER, *apud* QUINTANEIRO, 2002, p. 128)

A banalização do mal pelo processo da irreflexão é fomentada pela burocracia, que tem como facilitador a massificação, processo que também faz parte a instituição escolar. Dentro do modelo tradicional de ensino-aprendizagem, a escola se dá de forma verticalizada, em que o discurso não confere a prática e imprime um caráter paradoxal mediante a constituição federativa, e que tem em sua serventia a formação de subjetividades burocráticas.

A anulação do sujeito inicia-se pela despersonalização destes, no caso da escola, pela uniformização que em um primeiro momento, é um movimento de igualdade, mas que por desconsiderar a condição peculiar de cada ator implicado, torna-se fonte de disseminação das diferenças e desigualdades sociais.

A instituição escolar enquanto mediadora de relações, uma vez a serviço da burocracia, deixa de executar o que deveria ser seus principais propósitos: os de formar cidadãos plenos de cultura, valores e o respeito por si e pelos outros. Os cidadãos envolvidos e forjados nesta perspectiva assumem condutas passivamente como autômatos, pois a lógica que os regem é a da dependência, dependência de ideologias, do Estado e do capitalismo.

O que deu errado foi a política, a nossa existência plural, não o que podemos fazer e criar em nossa existência no singular: no isolamento do artista, na solidão do filósofo, na relação intrinsecamente sem-mundo entre seres humanos tal como existe no amor e, às vezes, na amizade quando um coração se abre diretamente para o outro, como na amizade, ou quando no interstício, o mundo, se incendeia, como no amor. Sem a incolumidade desses oásis não conseguiremos respirar, coisa que os cientistas políticos deveriam saber (...). Em última análise o mundo humano é sempre o produto do *amor mundi* do homem, um artifício humano, cuja potencial imortalidade esta sempre sujeita à mortalidade daqueles que a constroem e à natalidade daqueles que vem viver nele. É uma eterna verdade o que disse Hamlet: O mundo está fora dos eixos; Ó! que grande maldição eu ter nascido para trazê-lo a razão (ARENDDT, *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 398)

A subjetividade processada por princípios burocráticos está fadada a supressão da singularidade, ou seja, o que é peculiar ao homem é irrelevante para a economia e o social,

restando apenas corpos dóceis e ações estereotipadas sem o processo da reflexão. Toda atitude do sujeito é mediada por um poder maior que ele, caracterizando um estado de opressão no qual todo movimento seu está dentro de um enquadre: o controle social.

Algumas consequências na formação subjetiva atual, advindas dessa relação opressora, podem ser observadas na atualidade, por exemplo: o aumento da violência banal, a depressão/isolamento, consumismo desenfreado, o enfraquecimento da lei e da autoridade etc. Essas condutas demonstram o quanto à junção entre burocracia e capitalismo é perversa para os sujeitos sobrepondo-os a todo custo, na prática, uma servidão mais do que voluntária.

Em oposição a essa educação burocrática que produz subjetividades passivas, alienadas e estereotipadas é preciso construir uma educação que promova os sujeitos, sua criatividade, sua criticidade e que abra espaço também para a construção afetiva e solidária, construindo assim, laços baseados no amor, na fraternidade, no processo identificatório tendo como identidade as figuras maternas e paternas, responsabilizando os sujeitos por suas atitudes mediante a si e ao outro. Mediante deste caminho indicado por Arendt (*apud* SIQUEIRA, 2011), é necessário que se reivindique democraticamente que as políticas públicas voltadas para a educação transforme a instituição escolar em um espaço de fato democrático, comunitário e de acolhimento ao sujeito enquanto pessoa.

5 Considerações finais

A funcionalidade da escola pública atual dentro da ideologia política que a rege, conforme construção feita por Weber (ver conceito de burocracia) tem um caráter paradoxal mediante a lei máxima (Estado de Direito) que confere a nossa sociedade o status de Democrática. É esta distância entre a Lei e a práxis que nos leva a acreditar que a instituição escolar é formadora de sujeitos burocráticos.

A instituição escolar é de suma importância para a formação da subjetividade, juntamente com a família e as demais instituições, por estar localizada em uma posição privilegiada no contexto social pode favorecer esse processo de formação, constituindo cidadãos livres e autônomos, como também cidadãos regidos pelas mesmas palavras e ideias. Sua prática atual está vinculada ao Estado o que a caracteriza como dependente e explicita sua verticalidade, situando-a em um funcionamento burocrático.

A burocracia enquanto ideologia dominante, ao se apoderar da instituição escolar, forja os futuros cidadãos de acordo com os interesses de poucos, fazendo com que esta prática torne-se natural, ou seja, dentro da legalidade. Por esse viés, os sujeitos resultantes deste processo relacional são, de certa forma, nivelados através da massificação e da ação sem a reflexão, estabelecendo direitos e deveres que norteiam as atividades sociais dentro de um enquadre de controle social. Assim sendo, fica explícita que a relação estabelecida por esse processo é de dependência do sistema econômico e do Estado, excluindo o que há de mais peculiar no homem, a subjetividade e todos os processos internos de pensamento, que deixa um espaço vago para que surjam falsos líderes e suas ideologias perversas (nazismo, fascismo, etc.).

A instituição escolar, plena de ideologias opressoras e perversas, força os cidadãos a “agir sem pensar” como autômatos. Neste contexto, a burocracia estabelece um processo relacional tirânico e desesperador pois, não tendo a quem recorrer, não há como responsabilizar alguém: é o domínio de ninguém.

Neste ponto, a instituição escolar seria provedora de subjetividades burocráticas que, de certa forma, corroboram com a banalização do mal, pois a formação dos sujeitos sociais, processo que se realiza continuamente, ocorre de forma complexa e dialética, na relação sujeito e social. O processo entre o sujeito e o contexto sócio-histórico é mediado por instituições que o atravessam por seus dispositivos e que o mantem dentro de um enquadre que regula suas ações e até mesmo as formas de pensamentos.

Assim, neste trabalho, buscou-se construir uma relação entre subjetividade e democracia, sob o aspecto relacional, tendo a subjetividade como produto dessa relação. Para isso, buscou-se uma fundamentação teórica em obras em que se acreditou serem importantes para esta discussão: a teoria do psicólogo González Rey sobre subjetividade social, a teoria do sociólogo Marx Weber sobre Burocracia e as discussões do psicólogo e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão sobre Educação. Mas, de forma alguma, pretendeu-se esgotar o assunto ou fechar a discussão. Na verdade, pretendeu-se abrir a discussão sobre a relação subjetividade e escola, subjetividade como produto de uma relação institucional democrática ou burocrática, uma vez que, não foram encontradas discussões, especificamente, sobre esse viés temático.

Referências

AGUIAR, Odílio Alves et al. Violência e a banalidade do mal. **Revista Cult.** v. 129, n. 129, p. 1-5. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/category/edicoes/129/>> Acesso em: 14 set. 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 28.ed.São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

ESTRADA, Adrian Alvarez. Escola e a organização Burocrática. **Revista Iberoamericana de Educación.** v. 60, n. 2, p. 1-12, 14 set. 2013.

GONZALEZ REY, F. **Sujeito e Subjetividade.** São Paulo. Thomson, 2003.

OLIVEIRA, Iza Maria Abadi; VERONESE, Luciane Gheller; PALMA, Claudia Maria de Sousa. A servidão mais que voluntária: dispositivos burocráticos em instituição de saúde mental. **Revista Mal-Estar e Subjetividade,** Fortaleza, v.9, n.4, p.1343-1354, dez. 2009.

QUINTANEIRO, Tania; Barbosa, Maria Ligia de Oliveira; Oliveira, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 159 p.

ROLNIK, Suely. Novas figuras do caos - mutações da subjetividade contemporânea. In: FONSECA, T; FRANCISCO, D.(org.). **Formas de ser e habitar a contemporaneidade.** Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

SIQUEIRA, José Eduardo de. Irreflexão e a banalidade do mal no pensamento de Hannah Arendt. **Revista Bioethikos,** Centro Universitário São Camilo, v. 5, n.4, p. 392-401, out. /dez. 2011.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 2.ed. São Paulo: Campanha Nacional, 1968. 157 p.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a Democracia: introdução a administração educacional.** 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 263 p.